



## **ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL<sup>1</sup>**

GT 05 (Comunicação Oral)

**Renata da Silva Andrade Sobral,**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica-PPEB/UFPA  
*Universidade Federal do Pará, [renata.sas2016@gmail.com](mailto:renata.sas2016@gmail.com)*

**Suelene Miranda de Sousa,**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica-PPEB/UFPA  
*Universidade Federal do Pará, [suemaraba@hotmail.com](mailto:suemaraba@hotmail.com)*

**Amélia Maria Araújo Mesquita,**

Doutora em Educação- PPGED/UFPA  
*Universidade Federal do Pará, [amelia.mesquita05@gmail.com](mailto:amelia.mesquita05@gmail.com)*

### **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo abordar a discussão sobre a escolarização vivenciada por um aluno com deficiência intelectual durante a educação básica, se propondo apresentar a pesquisa em fase de andamento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, tomando como recorte o aluno com deficiência intelectual, sua escolarização e o currículo destinado a este aluno. Busca ainda compreender e refletir acerca dos encaminhamentos tomados durante seu processo de escolarização. O objetivo é analisar como se constitui a trajetória de escolarização de pessoas com Deficiência Intelectual durante a educação básica?. Trata-se de uma pesquisa qualitativa como procedimento metodológico, segundo os pressupostos de Kassar (2006), Young (2013), Sacristan (2005), Glat (2009), Pletsch e Nogueira (2004) e outros. Nos limites deste texto, serão aqui apresentados os dados de revisão bibliográfica e o levantamento de pesquisas anteriores sobre o tema.

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual. Currículo. Escolarização.

### **1 INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa procurou compreender através da memória de escolarização de um aluno com Deficiência Intelectual a sua percepção sobre a escola, considerando a relação entre deficiência, escola e currículo. Vale dizer que meu percurso profissional e a convivência no cotidiano escolar com os alunos com deficiência, colaboraram para aumentar as inquietações e indagações sobre o processo de inclusão em nosso país e principalmente em nosso estado do Pará.

Desta forma, buscar a trajetória de escolarização de um aluno com deficiência que passou por possíveis barreiras encontradas, faz com que acreditemos que práticas assertivas de inclusão são

---

<sup>1</sup> O presente trabalho faz parte da Dissertação de Mestrado em andamento do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica -PPEB/UFPA



possíveis e fazem parte de um processo que necessita ser buscado, concordamos com Carvalho (2005, p.15):

A inclusão escolar deve ser entendida como princípio (um valor) e como processo contínuo e permanente. Não deve ser concebida como um preceito administrativo, dado “a priori”, que leva a estabelecer datas, a partir das quais as escolas passam a ter o estado de inclusivas, em obediência à hierarquia do poder ou a pressões ideológicas.

Sob tal enfoque, surge a motivação para a realização desta investigação que se deu a partir da necessidade de conhecer como ocorreu a trajetória de escolarização de um indivíduo com deficiência intelectual, a fim de perceber como esse processo ocorre, conhecendo as relações constituídas em seu espaço escolar.

A literatura escassa em relação a escolarização de sujeitos com deficiência, torna-se vital e nos motiva ainda mais a conhecer sobre estes indivíduos, acrescentando a relevância de conhecer este percurso visando identificar as singularidades da identidade local e regional desses indivíduos. Assim, nos motivamos a pesquisar o seguinte problema: Como se constitui a trajetória de escolarização de pessoa com Deficiência Intelectual que concluiu a educação básica?

## 2 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E ESCOLARIZAÇÃO

### 2.1 Deficiência Intelectual: alguns apontamentos

Nossa experiência mostra que várias são as dificuldades encontradas para inclusão de alunos com deficiência, inclusive esse tem sido um dos grandes desafios dos professores da contemporaneidade, no entanto, uma das deficiências mais desafiadoras e recorrentes no contexto escolar é a deficiência intelectual, que apresenta um alto índice de matrículas nas escolas públicas e exige flexibilizações curriculares, promovendo novos olhares sobre o processo de ensinar e aprender. Para conceituar a deficiência intelectual, recorreremos a American Psychiatric Association<sup>2</sup> (APA,2002, p.10), que a define como:

[...] um comprometimento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações importantes no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, autossuficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança, sendo que o início da deficiência deve ocorrer antes dos 18 anos.

É necessário que enquanto profissionais e pesquisadores da área, nos questionarmos sobre nosso papel enquanto críticos de práticas sociais excludentes, ao mesmo tempo avaliar até que ponto estamos impregnados de tal prática. Desta forma, conhecer o que a escola vem oferecendo ao

---

<sup>2</sup> A American Psychiatric Association (APA) é uma organização médica voltada para a saúde mental responsável pela organização do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM).



aluno com deficiência intelectual. Mesmo tendo convicção que a escola para “todos” os indivíduos que a frequentam apresenta desafios ímpares, com circunstâncias árduas assim como também momentos aprazidos e extremamente agradáveis, no entanto, como cada um encara este processo, e que condições são dadas para tal é que fazem a diferença neste percurso.

Faz se necessário, conhecermos os pressupostos que envolveram a escolarização destinada aos alunos com deficiência, como se deu esse processo historicamente, e como essa escolarização se manteve paralela a escolarização dos alunos ditos “normais”, até chegarmos ao que hoje entendemos por “escola inclusiva”.

## 2.2 Escolarização de alunos com Deficiência Intelectual

Educação e instrução nem sempre estiveram atrelados ao espaço formal da escola, pois, o significado atribuído à educação é bem mais amplo que o próprio conceito de escola. Mesmo antes dos sistemas escolares, as gerações já se educavam. No entanto, com o passar do tempo e à medida que as sociedades vão se modificando, a educação passa a ser formalizada por meio da escolarização. Então achamos necessário esclarecer o que é escolarização. Segundo Baptista, escolarização é:

[...] O complexo processo que envolve aspectos relacionados com a instituição escolar: a quem é oferecida, qual a sua função, sua organização, seu currículo, a tecnologia a sua disposição (livros, recursos e materiais utilizados para a escrita, entre outros), a forma e o princípio das ações pedagógicas desenvolvidas em seu interior, o sistema escolar (se é constituído ou não), entre outros, inclui os saberes culturais associados a determinados grupos profissionais e a transformação destes em disciplinas escolares. (2015, p.53)

Se o conceito de escolarização está relacionado a quem se destina a instituição escolar, percebemos que a educação começa a projetar as relações de poder, que irão determinar quem tem acesso a ela. Outra perspectiva em relação ao conceito de escolarização, é a de Faria Filho que percebe escolarização por meio de um duplo sentido, para o autor, em um primeiro sentido escolarização é:

O estabelecimento de processos e políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados. (FARIA FILHO, 2002, p.111).

Em um segundo sentido entende escolarização como “o processo e a paulatina produção de referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados”. Penso que ambos os sentidos estabelecidos pelo autor compreendem a escolarização como uma instituição organizada,



com conhecimentos definidos e práticas escolares pré-estabelecidas, uma escola configurada para dar conta de atender determinados sujeitos.

A escola com sua possível provisoriidade, alicerçou-se em processos de escolarização que se estabeleceram por meios não democráticos, excludentes e segregadores de grupos menos privilegiados, incluindo aí os alunos com deficiência. Conforme Bueno, Mendes e Santos (2008, p.270) “A maneira como a nossa sociedade reagiu e caracterizou as pessoas deficientes ao longo da história possibilita discutir as formas de escolarização atuais para esses alunos e todo o dilema da educação inclusiva que transcende os muros escolares”.

No entanto, esse cenário sofre alterações através de mobilizações sociais e do fenômeno da urbanização, ligadas as transformações ocorridas mundialmente, inicia-se um processo de ampliação da participação, tornando-se um fator essencial para o desenvolvimento social, na perspectiva de constituir sujeitos para o prosseguimento de estudos, pelo menos a nível legal. Como afirmam Bueno, Mendes e Santos (2008, p.28):

[...] os processos de ampliação de oportunidades de acesso à escola pública, redundou, na atualidade, na quase universalização absoluta de acesso a esse nível de ensino, foram acompanhados por um forte comprometimento da sua qualidade, especialmente em razão de políticas públicas que pouco privilegiam esse aspecto.

Nesse processo de ampliação de oportunidades, o paradigma inclusivo se favorece, principalmente a partir da década de 1990, ganhando possibilidades reais de se efetivar. O encontro entre inclusão e escolarização no ensino regular, representa uma inovação para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, aos excluídos o direito ao conhecimento da escola sistemática e regular.<sup>3</sup> No entanto, Jesus (2009) chama atenção para o ponto crítico da experiência brasileira no processo inclusivo, deve-se a inversão de fatores, ou seja, na maioria dos países a inclusão se deu gradativamente, à medida que as experiências de inclusão amadureciam, antecedendo a legislação. Contudo, em nosso país a legislação veio na frente, determinando e exigindo tal processo.

Ainda que, haja impedimentos para efetivar o processo inclusivo, não se pretende negligenciar, que desde sua implementação, já houve modificações na escola. A principal foi proporcionar o acesso de grupos que estavam fadados ao confinamento domiciliar ou hospitalar, para o direito legal a escolarização, e seu caráter universal forneceu subsídios para chegarmos aos processos inclusivos vivenciados atualmente. Tendo em vista, que esses processos se tornaram muito mais flexíveis e significativos com a ampliação do acesso.

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que a política de inclusão apresenta finalidades e se constituiu como parte da política neoliberal.



### 3 Notas finais

Compreendo que a abertura da escola para todos, com novos desafios a serem enfrentados ainda colide com a escola do século passado, é necessária uma mudança em sua estrutura, como afirma Arroyo (2004, p.192), “o tempo da escola é tão conflitivo porque foi constituído faz séculos e terminou-se cristalizando em calendários, níveis, séries, semestres e bimestres, rituais de transmissão, avaliação, reprovação e repetência”, deve-se entender o tempo da escola com flexibilidade e menos rigidez para todos, já que os indivíduos apresentam “tempos” diversificados de aprendizagem.

Penso que são necessários ajustes nos processos atuais de escolarização para que a inclusão se efetive de fato, e paralelamente, perceber que esta “progressiva universalização” é recente em nossa sociedade. E a atual progressão dos alunos com deficiência para as etapas superiores, lançam novas dificuldades de permanência e sucesso escolar.

Acredito que não é só responsabilidade da escola a garantia da inclusão, está se insere no contexto social e, portanto, é necessário que mudanças estruturais na organização da sociedade devem ser pensadas. Contudo, considerando que nosso objeto é a escolarização de alunos com deficiência intelectual, é necessário pensar como esta escola foi instituída, que mecanismos de inclusão ela produziu e como os alunos com deficiência transitam nesta escolarização, além de mantermos a criticidade em relação ao contexto social e político no qual a inclusão se apresenta.

Por fim, acredito que essa nova perspectiva de educação que “inclui e escolariza todos” necessita ir além da educação formal, se estendendo ao longo da vida desse sujeito e contribuindo com a ruptura do conceito homogeneizador, constatando que a escolarização deve propiciar um aprendizado que leve a outros contextos sociais. Em síntese, chamo atenção para a forma com o espaço pedagógico é organizado, já que novos sujeitos, deveriam implicar em novas práticas.

### REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais**. Texto Revisado (DSM IV – TR). Porto Alegre. Artmed: 2002.

ARROYO, M.G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAPTISTA, Cláudio Roberto (org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. -2ed.- Porto Alegre: Mediação, 2015. 192p.

BUENO, J.G.S.; MENDES, G.M.L.; SANTOS, R.A. **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Brasília: CAPES, p.43-66, 2008.



BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino: **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira & Marin editores, 2008, 477 páginas.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos “Is”**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FARIA FILHO, Luciano M. **Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa**. In: LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth (orgs.). Disciplinas e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.13-36.

FERREIRA, Maria Célia Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. Sobre inclusão, políticas e práticas pedagógicas. In: GOÉS, Maria C.R. de & LAPLANE, Adriana Lia F. de. **Políticas e Práticas da educação inclusiva**. Campinas, SP. Autores Associados, 2004, p.21-48.

JESUS, Denise Meyrelles et al. (org.). **Inclusão Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2009 (2. Ed. atual. Ortog.). 304p.

MEINERZ, Carla Beatriz; CAREGNATO, Celia Elizabete. **Educação e processos de escolarização no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 49, p. 43-62, jan. /jun. 2011. Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>>. Acesso em 04 mai. 2014.